



CONCURSO PÚBLICO, DE PROVAS E TÍTULOS, PARA INGRESSO NA CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital nº 01/2019

CADERNO 01

GRUPO II – 31/08/2019 – TARDE

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO TRIBUTÁRIO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PROVA DISCURSIVA

INSTRUÇÃO – O candidato somente poderá deixar o local de realização da prova depois de transcorrida 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos de sua duração. Durante o período de realização da Prova Discursiva, não será permitido o empréstimo de material nem qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente, por escrito ou por qualquer outro meio. O candidato somente poderá apor seu número de inscrição, nome ou assinatura no local especificamente indicado para tal finalidade, sob pena de anulação da prova e consequente eliminação do concurso. É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento dos Cadernos 1 e 2, conforme as especificações neles constantes, não sendo permitida a sua substituição em caso de erro. Findo o prazo limite para realização da Prova Discursiva, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala os Cadernos 1 e 2 devidamente preenchidos. **Será eliminado do concurso o candidato que na Prova Discursiva:** apresentar comportamento inconveniente ou tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes; usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros; portar arma(s) no local de realização da prova, ainda que de posse de documento oficial de licença; utilizar ou portar, mesmo que desligados, qualquer equipamento eletrônico, como relógio de qualquer espécie, calculadora, *walkman*, *notebook*, *palmtop*, *tablets*, agenda eletrônica, gravador, telefone celular, *beep*, *pager* e *I-Pod*, entre outros; fizer uso de óculos escuros, bonés, chapéus e similares; ausentar-se da sala de prova sem consentimento prévio e desacompanhado de um fiscal ou da fiscalização da equipe de aplicação de provas; utilizar lapiseira, líquido corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente. Fizer o uso de jurisprudência, súmulas, exposições de motivos, anotações ou comentários; obras de doutrina, manuais, obras que contenham formulários e/ou modelos, dicionários e apostilas. Ao término do prazo estabelecido para a prova, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinar a Ata de Sala, atestando a idoneidade da fiscalização das provas, retirando-se da sala de prova de uma só vez.

ATENÇÃO – Será permitida a consulta apenas à legislação desacompanhada de grifo, registro, anotação de qualquer tipo, vedada a consulta a jurisprudência, súmulas, atos normativos, exposições de motivos, anotações ou comentários, obras de doutrina, manuais, obras que contenham formulários e / ou modelos, dicionários e apostilas bem como outros a critério da Comissão do Concurso. Os textos de legislação que contenham jurisprudência, súmulas ou exposições de motivos, poderão ser utilizados, desde que as folhas a elas referentes estejam grampeadas. Será aceita legislação impressa da internet, desde que observado o disposto no item 14.6 e subitem 14.6.1 do Edital.

DURAÇÃO MÁXIMA DA PROVA: 4 (QUATRO) HORAS

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se está recebendo o Caderno 01 do **Grupo II (Direito Constitucional, Direito Tributário e Direito Administrativo)** que servirá como rascunho, e o Caderno 02 para a transcrição definitiva. Os Cadernos 01 e 02 são compostos de 04 (quatro) questões e por peça processual ou dissertação.

Havendo algum problema, informe imediatamente ao aplicador de provas para que ele tome as providências necessárias.

Caso não observe essa recomendação, não lhe caberá qualquer reclamação ou recursos posteriores.

INSTRUÇÕES GERAIS

1. As instruções constantes neste Caderno, bem como as orientações e instruções expedidas pela Fundep durante a realização das provas, complementam o Edital e deverão ser rigorosamente seguidas pelo candidato.
2. Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para o Caderno 2.
3. Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer da prova – e à transcrição das questões do Caderno 1 para o Caderno 2.
4. Nenhuma folha dos cadernos pode ser destacada.
5. Não serão corrigidas as questões dos candidatos que extrapolarem o número de linhas estipulado por questão ou dos que responderem às questões em local diverso do demarcado, sendo o limite máximo: **30 linhas para as questões, 60 linhas para as dissertações e 120 linhas para as peças processuais.**
6. É vedado ao candidato realizar qualquer tipo de identificação no texto aí incluso uso de palavra, símbolos, caracteres, entre outros. Caso queira assinar seus textos, utilize apenas *Defensora Pública* ou *Defensor Público*. Identifique-se apenas na capa do Caderno 2, sob pena de anulação de sua prova por identificação em local indevido.
7. As versões definitivas de suas respostas deverão ser transcritas com caneta de tinta azul ou preta no Caderno 2. Respostas a lápis ou em outras cores de tinta não serão corrigidas. Em nenhuma hipótese, o rascunho será considerado na correção da prova.
8. A variante linguística que deve ser utilizada nas respostas é a **norma-padrão** da língua portuguesa.
9. Cada turno para a realização das provas discursivas terá duração de 4 (quatro) horas, sendo realizada uma prova por turno e cada uma delas valerá de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, consistindo na elaboração de peça processual ou dissertação sobre tema abrangido pelo respectivo programa, valendo 4 (quatro) pontos, e na redação de 4 (quatro) questões, valendo 1,5 (um e meio) pontos cada.
10. Será considerado aprovado na prova discursiva especializada o candidato que alcançar média igual ou superior a 6 (seis), desde que não obtenha nota inferior a 4 (quatro) em algum grupo de matérias.
11. As questões das provas discursivas serão entregues aos candidatos já impressas, não se permitindo esclarecimentos sobre o seu enunciado ou sobre o modo de resolvê-las.
12. Não haverá substituição dos Cadernos por erro do candidato.

EM BRANCO

QUESTÃO 1

Considere as situações hipotéticas de fato e de direito elencadas a seguir.

- I. Existência de previsão legal expressa na legislação vigente de um estado brasileiro X sobre isenção de IPVA, nos seguintes termos: “Lei Estadual nº 00001/2018. Art. 1º – É isenta do IPVA a propriedade de veículo adaptado de pessoa portadora de deficiência física ou mental para possibilitar a sua utilização pelo proprietário”.
- II. Situação do cidadão A, interditado judicialmente por ser inteiramente incapaz para exercer qualquer ato da vida civil, em virtude de sua condição clínica irreversível de deficiência mental, sendo sua genitora, na função de curadora definitiva do filho, a pessoa responsável para reger e administrar os bens do cidadão interditado.
- III. Necessidade do cidadão A em adquirir um veículo automotor como meio de transporte, a ser conduzido por sua curadora definitiva, pessoa devidamente habilitada conforme as regras do Código de Trânsito Brasileiro.
- IV. Prática de ato administrativo de recusa por autoridade fiscal de um estado brasileiro X em conceder ao cidadão A o benefício da isenção de IPVA, ao fundamento de que a isenção, prevista no Art. 1º, da mencionada Lei Estadual nº 00001/2018, não alcançaria o portador de necessidade especial incapacitado de conduzir pessoalmente o veículo nem poderia favorecer a terceiros, ainda que estes possuíssem relação de parentesco ou de responsabilidade civil para com o portador de necessidades especiais, sob pena de, por vias oblíquas, violar o disposto no Art. 111, I, do Código Tributário Nacional.
- V. Curadora definitiva do cidadão A compareceu à sede da Defensoria Pública Estadual do município do domicílio do filho interditado, em busca de orientação jurídica e adoção de medidas judiciais pertinentes ao caso.

No hipotético exercício da função de defensora pública / defensor público, ELABORE as principais teses para a fundamentação jurídica de uma possível medida judicial a ser ajuizada na efetiva defesa dos direitos e garantias do cidadão A, supostamente violados pela autoridade fiscal. Nas principais teses, abordar as seguintes questões em matéria constitucional, financeira e tributária: competência legislativa; direitos e garantias individuais, hermenêutica jurídica das normas constitucionais e tributárias aplicáveis à espécie – isenção tributária; (i)legalidade, em matéria tributária, do ato administrativo mencionado no item “IV”.

Observação: Não é necessário redigir a peça técnica correspondente à medida judicial cabível para o caso hipotético narrado, mas somente elaborar a fundamentação jurídica (teses jurídicas pertinentes ao mérito da medida judicial) para a atuação judicial como defensor público em prol dos interesses do cidadão A.

**NÃO ESCREVER
NESTA FOLHA**

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

No papel de defensora pública / defensor público, DISCORRA sobre a constitucionalidade do Art. 1º da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006 – criação de mecanismos para “coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher”), à luz de seu respectivo contexto histórico e jurídico (fontes históricas / direitos e garantias fundamentais / proteção da ordem social brasileira / posicionamento do STF).

**NÃO ESCREVER
NESTA FOLHA**

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

Em relação ao entendimento do STF sobre o controle concentrado de constitucionalidade, APONTE de forma fundamentada os pressupostos jurídicos para a aplicação do princípio da fungibilidade no caso de conhecimento e processamento de uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) formalmente ajuizada de modo inadequado, como se fosse, na verdade, uma ADI (Ação Declaratória de Inconstitucionalidade).

**NÃO ESCREVER
NESTA FOLHA**

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 4

Analise a situação hipotética a seguir.

Um cidadão procurou a Defensoria Pública para solicitar ajuda na obtenção de um medicamento que não consta nas listas do Sistema Único de Saúde (SUS), que lhe fora prescrito por médico particular.

Na qualidade de defensor público, DISCORRA, de forma fundamentada, à luz da jurisprudência do STJ, sobre a conduta a ser adotada nessa situação.

**NÃO ESCREVER
NESTA FOLHA**

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

DISSERTAÇÃO

DISSERTE sobre a prescrição em Direito Administrativo, abordando o(s) prazo(s), o(s) fundamento(s) jurídicos, a prescrição das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) e a evolução do entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a (im)prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário.

**NÃO ESCREVER
NESTA FOLHA**

DISSERTAÇÃO – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

DISSERTAÇÃO – CONTINUAÇÃO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

EM BRANCO

EM BRANCO

**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.**